



MATRIZ CURRICULAR PPGDP

I - Disciplinas obrigatórias:

1. DIREITO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO E EFETIVIDADE DO CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO

Ementa: 1. Constitucionalismo e Contemporaneidade: o sentido, os desafios e os paradoxos do constitucionalismo no Século XXI. 2. Transformações no Direito Público Contemporâneo: análise crítica das transformações na comparação entre o discurso e a práxis do Direito Público atual. 3. Hermenêutica constitucional, Giro Hermenêutico e Efetividade: percepção de problemas hermenêuticos em experiências de regulação de Políticas Públicas. 4. Estado democrático de Direito, Novo Constitucionalismo, e inovações atuais nas políticas públicas de efetivação de Direitos Fundamentais. 5. Compreensão constitucional das políticas públicas como instrumento de efetividade constitucional. 6. Estudos dirigidos em constitucionalidade e políticas públicas: questões e dilemas constitucionais em debate. 7. Análise de casos em constitucionalidade e políticas públicas: jurisdição constitucional em debate. 8. Diálogos profissionais em políticas públicas: a realidade do Direito Público em debate.

Bibliografia: ALEXY, Robert. Teoría de los Derechos Fundamentales. Trad. Ernesto Farzón Valdés, Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993. BARROSO, Luís Roberto. O Direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira. 7. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003. BECK, Ulrich. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010. CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito constitucional e teoria da Constituição. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1999. DWORKIN, Ronald. Los derechos en serio. Trad. Maria Guastavino. Barcelona: Ariel, 1995. HABERMAS, Jürgen. Fatti e Norme: Contributi a una teoria discorsiva del diritto e della democrazia, Trad. di Leonardo Ceppa, Ed. Guerini e Associati, Milano, 1996. MORAIS, José Luis Bolzan de. As crises do Estado e da Constituição e a transformação espaço-temporal dos direitos humanos. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. MÜLLER, Friedrich. Discours de la méthode juridique. Trad. Olivier Jouanjan. Paris: Presses Universitaires de France, 1996. NEVES, Marcelo. Transconstitucionalismo. 2ª Tiragem, São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. ROCHA, Carmem Lúcia Antunes. Princípios constitucionais da administração pública. Belo Horizonte: Del Rey, 1994. SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006. STRECK, Lênio Luiz. Jurisdição constitucional e hermenêutica: uma nova crítica do Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002. ZAGREBELSKY, Gustavo. La giustizia costituzionale. Bologna: Società editrice il Mulino, 1988.

2. SEMINÁRIOS INTEGRADOS DE PESQUISA EM ARTICULAÇÃO À PRAXIS PROFISSIONAL

Ementa: 1. Conhecimento científico (Gnoseologia, Axiologia, Fenomenologia e Práxis). 2. Retórica e discurso científico no Direito. 3. Métodos, Metodologias e Metodica. 4. Tipologia do Conhecimento, das metodologias e suas articulações com a prática profissional em ciências aplicadas. 5. Pesquisa e Técnicas de investigação. 6. Fenômenos jurídicos, experiência jurídica e vivência prática: a investigação da Nomogênese, da Nomosocialização e da Nomoconcreção (a pesquisa orientada ao problema da eficácia, da eficiência e da efetividade das Políticas Públicas). 7. A construção de projetos de pesquisa em investigações jurídicas aplicadas, em pesquisa jurídica empírica e em projetos de pesquisa-ação em Direito. 8. Metodologias de pesquisa: teórica e prática, experimental e não experimental, qualitativa e quantitativa; e integração com a prática. 9. Normalização da redação científica. 10. Seminários Integrados visando ao debate coletivo e colaborativo dos projetos vigentes no programa.

Bibliografia: ADEODATO, João Maurício. Uma teoria retórica da norma jurídica e do direito subjetivo. São Paulo: Noeses, 2011. ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos fundamentais. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008. (teoria e direito público, 1) ARISTÓTELES. Retórica. Tradução Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015. (Coleção Folha. Grandes nomes do pensamento, v. 1) BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. BOBBIO, Norberto. Teoria do ordenamento jurídico. Tradução Maria Celeste Cordeiro Leite Santos. Apresentação Tércio Sampaio Ferraz Júnior. 10. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 1999 [reimpressão 2006]. _____. Teoria da norma jurídica. Tradução Fernando Pivan Batista; Ariani Bueno Sudatti. Apresentação Alaôr Caffé Alves. 4. ed. rev. Bauru, SP: Edipro, 2008. _____. Da estrutura à função: novos estudos de Teoria do Direito. Tradução Daniella Beccaccia Versiani. São Paulo: Manole, 2007. DAVID, René. Os grandes sistemas do Direito contemporâneo. Tradução Hermínio A. Carvalho. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. (Coleção justiça e direito). FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação. 6. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011. HUME, David. Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral. Tradução José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Ed. UNESP, 2004. KELSEN, Hans. Teoria pura do Direito. Tradução João Baptista Machado. 6. ed. 5. tir. São Paulo: Martins Fontes, 2003. KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. (Debates, 115) LARENZ, Karl. Metodologia da Ciência do Direito. Tradução José Lamago. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989. LUHMANN, Niklas. Systema jurídico y dogmatica juridica. Madrid: Centros de Estudios Constitucionais, 1983. MIRANDA, Pontes de. O problema fundamental do conhecimento. Atualizado por Vilson Rodrigues Alves. 1. ed. Campinas, SP: Bookseller, 1999. MEDEIROS, João Bosco. Redação científica. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2008. MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito. São Paulo: Saraiva, 2003. NEVES, Cleuler Barbosa das Neves. O ato administrativo na tutela ambiental do solo rural:

uma análise da erosão laminar e do uso do solo na Bacia do Ribeirão João Leite. 2006. 327 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. POPPER, Karl Raimund. A lógica da pesquisa científica. Tradução Leônidas Hegenberg; Octanny Silveira da Mota. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 200? [1972]. REALE, Miguel. Filosofia do Direito. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 1996. SALOMON, Dêlcio Vieira. Como fazer uma monografia. 9. ed. rev. São Paulo: Martins Fontes, 1999. SILVA, Virgílio Afonso da. Direitos fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. (teoria e direito público, 7) SOARES, Edvaldo. Fundamentos de lógica: elementos de lógica formal e teoria da argumentação. São Paulo: Atlas, 2003. TUGENDHAT, Ernest. O problema da moral. Porto Alegre: EDIPCURS, 2003. _____. Lições sobre ética. Tradução Róbson Ramos dos Reis et. al. 5. ed. ver. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Coordenadoria Geral de Bibliotecas, Editora UNESP. Normas para publicações da UNESP. São Paulo: Editora UNESP, 1994. 4 v., v. 4, Parte 1: Dissertações e Teses. VILANOVA, Lourival. Lógica Jurídica. São Paulo: Bushatsky, 1976. (Coleção jurídica J.B., 10) ZITSCHER, Harriet Christiane. Metodologia do ensino jurídico com casos – teoria e prática: com exemplos do Direito do Consumidor e do Direito Civil. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

II - Disciplinas optativas – Linha de Pesquisa “Regulação, Efetividade e Controle Constitucional das Políticas Públicas”:

1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONTEMPORÂNEA: NOVOS ARRANJOS JURÍDICOS E NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO

Ementa: 1. Evolução da administração pública brasileira: patrimonialismo, burocracia e gerencialismo. 2. Contexto contemporâneo da atuação do Estado. 3. Governabilidade, governança e descentralização do poder. 4. Estrutura e função da administração pública. 5. Eficiência, eficácia e efetividade na administração pública. 6. Reformas administrativas e programas de desburocratização: DASP, Decreto-Lei nº 200/67; 7. Emenda Constitucional nº 19/98 e transformações continuadas na prática administrativa. 8. Considerações sobre o novo papel do Estado e da administração pública. 9. A reforma de Estado e da administração pública: experiências inglesa, americana e brasileira. 10. Representação e participação: gestão pública e privada. 11. Accountability e Responsiveness: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados.

Bibliografia: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (Org.). Reforma do estado e da administração pública gerencial. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contra-reforma: reestruturação do estado e perda dos direitos. São Paulo: Cortez, 2003. NOGUEIRA, Marco Aurélio. Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. GUEREIRO RAMOS, A. Administração e contexto brasileiro. Rio: FGV, 1981. JUNQUILHO, Gelson Silva. Gestão e ação gerencial nas organizações contemporâneas: para além do “folclore” e o “fato”. Revista Gestão & Produção, São Carlos, v. 8, n. 3, p. 324-318, Dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v8n3/v8n3a07.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2009. MATIAS-PEREIRA,

José. Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2008. MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. O que é burocracia. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS: ESTRUTURA, REGULAÇÃO E GESTÃO NO ESTADO DEMOCRÁTICO

Ementa: 1. Introdução aos conceitos do campo teórico-prático das políticas públicas; 2. Atributos das políticas públicas; 3. Ciclo de políticas públicas: agendamento, formulação, tomada de decisão, implementação e avaliação; 4. Políticas Públicas no Brasil: características, federalismo, instâncias deliberativas, modelos de gerenciamento; 5. Regulação e institucionalização das políticas públicas: análises críticas a partir de casos selecionados; 6. Gestão, avaliação e controle democrático das políticas públicas: seminários e intercâmbios dialogados a partir das diferentes experiências e vivências profissionais dos partícipes da disciplina, bem como das diferentes políticas públicas enfrentadas nos respectivos projetos de pesquisa.

Bibliografia: COSTA, Valeriano. Federalismo. In: CINTRA, Antônio Octávio; AVELAR, Lúcia (org). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro/ São Paulo: Konrad- Adeneuer-Stiftung/ Editora Unesp, 2007. SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, no 16, 2006. ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. São Paulo em Perspectiva, v. 18, no 2, 2004. ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. O Estado no Brasil contemporâneo: um passeio pela história. In: MELO, Carlos Ranulfo; SÁEZ, Manuel Alcántara (org). A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Recentralizando a federação? Revista de Sociologia e Política, v. 24, 2005. PINTO, Isabela. Mudanças nas políticas públicas: a perspectiva do ciclo de política. Revista Políticas Públicas, v. 12, no 1, 2008.

3. LEGALIDADE, REGULAÇÃO E ATIVIDADE NORMATIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Ementa: 1. Estado de direito e princípio da legalidade. 2. Estado contemporâneo – a separação de poderes e os novos centros de produção normativa. 3. Constituição e força normativa: estrutura e eficácia das normas constitucionais. 4. Princípio da legalidade: crises e interpretações. 5. Legalidade no ordenamento brasileiro. Função legislativa e função normativa. 6. Competências normativas e hierarquia de normas. 7. Competências normativas explícitas. Configuração e limites. Regulamento. Regimentos internos. Órgãos autônomos. 8. Competências normativas implícitas: organização, procedimentos, direitos fundamentais. 9. Regulação e função normativa. Regulação e composição de interesses. 10. Democracia, transparência e função normativa. 11. Discricionariedade e competências normativas. 12. Controle do exercício da função normativa. 12. Estudo de casos: Competências normativas do CNJ, CNMP e Agências reguladoras.

Bibliografia: BOBBIO, Norberto. Da estrutura à função: novos estudos de teoria do direito. Tradução de Daniela Beccaccia Versiani; revisão técnica de Orlando Seixas Bechara, Renata Nagamine. Barueri, SP: Manole, 2007. ARAGÃO, Alexandre, e MARQUES NETO, Floriano de Azevedo (org). Direito administrativo e seus novos paradigmas. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2008. CABRAL DE MONCADA, Luís S. Ensaio sobre a lei. Coimbra: Coimbra Editora, 2002. CORREIA, José Manuel Sérvulo. Legalidade e autonomia contratual nos contratos administrativos. Reimpressão da edição de 1987. Lisboa: Almedina, 2003. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Discricionariedade administrativa na Constituição de 1988. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2012. MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. Regulação estatal e interesse público. São Paulo: Malheiros, 2002. MARTÍN, Carlos de Cabo. Sobre el concepto de ley. Madrid: Editorial Trotta, 2000. MEDAUAR, Odete. O direito administrativo em evolução. São Paulo: RT, 2003. MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Mutações do direito administrativo. Rio de Janeiro-São Paulo: Renovar, 2001. MOTTA, Fabrício. Função normativa da Administração Pública. Belo Horizonte: Fórum, 2007. MUÑOZ MACHADO, Santiago. Tratado de Derecho Administrativo y Derecho Público General. Tomo I. Madrid: Civitas, 2004. SOUTO, Marcos Juruena Villela. Direito Administrativo Regulatório. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

4. DIREITO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: DECISÕES FINANCEIRAS, CONTROLE E RESPONSABILIDADE

Ementa: 1. Descompasso federativo: Constituição financeira e o financiamento das políticas públicas de direitos fundamentais sociais. 2. Efetividade de direitos sociais: orçamento e o problema da reserva do possível na práxis jurídico-administrativa. 3. Custos e escolhas: diálogo entre direito e economia. 4. Aspectos financeiros na implementação das políticas públicas. Financiamento dos direitos fundamentais e sociais na Constituição a partir do "método do caso": hard cases em saúde, educação, moradia, alimentação, acesso a justiça, segurança. 5. Ciclo orçamentário: possibilidades de participação e controle. 6. Controle judicial da legalidade orçamentária e da sua adequada execução. 7. Controle das políticas públicas e qualidade dos gastos públicos. 8. Estudos de casos sobre experiências de responsividade no controle e avaliação das políticas públicas.

Bibliografia: AMARAL, Gustavo. Direito, Escassez e Escolha. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. BECKER, Gary S. A Comment on the Conference on Cost-Benefit Analysis. In.: ADLER, Matthew D. POSNER, Eric C. Cost-benefit analysis. Legal, Economic and Philosophical Perspectives (Introduction). Chicago: University of Chicago Press, 2000. CORREIA, Carlos Pinto. A teoria da Escolha Pública. In.: Boletim de Ciências Econômicas, vol. XLII. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1999. DALLARI, Sueli Gandolfi. A construção do direito à saúde no Brasil. Revista de Direito Sanitário, Brasil, v. 9, n. 3, p. 9-34, nov. 2008. ISSN 2316-9044. HORVATH, Estevão; CONTI, José Mauricio; SCAFF, Fernando F. (Orgs.). Direito Financeiro, Econômico e Tributário. Homenagem a Regis Fernandes de Oliveira. São Paulo: Quartier Latin, 2014. NUNES, José. Avelãs; SCAFF, Fernando Facury. Os tribunais e o direito à saúde. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. 135p. PINTO, Élica Graziane. Financiamento dos Direitos à Saúde e à Educação: uma perspectiva constitucional. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015. v. 1. 251p. RANIERI, Nina;

RIGHETTI, Sabine. (Org.). Direito à Educação Aspectos Constitucionais. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - EDUSP, 2009, v. 1, p. 39-59. SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. TORRES, Heleno. Direito constitucional financeiro – teoria da constituição financeira. SP: RT, 2014. SARLET, Ingo Wolfgang; TIMM, Luciano Benetti; BARCELLOS, Ana Paula. (Org.). Direitos Fundamentais: orçamento e "reserva do possível". Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008, v. , p. 69-86.

5. POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO ESTADO DEMOCRÁTICO

Ementa: Hermenêutica do sistema processual brasileiro, Teorias do Direito Constitucional e Teorias do Direito: avaliação na experiência concreta brasileira. Processo Constitucional e Garantias Fundamentais: entre teoria e prática. A prestação jurisdicional pública: reflexões sobre a experiência recente no Brasil. Os meios privados de solução de conflitos sociais como Política Pública: avaliação das inovações brasileiras. Novas práticas jurisdicionais e o acompanhamento das políticas de prestação jurisdicional no Brasil. O atual modelo de gestão jurisdicional, a informatização da jurisdição e o problema da garantia da prestação jurisdicional efetiva.

Bibliografia: CAPPELLETTI, Mauro. Proceso, Ideologias, Sociedad. Trad. Santiago Sentís Mellendo y Tomás A. Banzhaf. Ed. Ediciones Juridica Europa-America. Buenos Aires. Argentina. FERRAJOLI, Luigi. Principia iuris. Teoria del Diritto e della democrazia. Teoria della democrazia. Editora Editori Laterza. Roma. Itália. LOSANO, Mário Giuseppe. Sistema e Estrutura do direito. Vol. 1 Das origens à escola histórica. Vol. 2 O Século XX. Vol. 3 Do Século XX à pós-modernidade. Trad. Carlos Alberto Dastoli. Ed. Martins Fontes. São Paulo. SP. MENDES, Gilmar Ferreira. Estado de Direito e Jurisdição Constitucional – 2002/2010. São Paulo: Saraiva, 2011. _____, Jurisdição Constitucional. 6ª edição. São Paulo: Saraiva, 2014. KELSEN, Hans. Quien debe ser el defensor de la Constitución? Tradução de Roberto J. Brie. Madri: Tecnos, 1995. _____, La garantía jurisdiccional de la Constitución. Tradução de Rolando Tamayo y Salmorán. México: UNAM, 2001. SEGADO, Francisco Fernández. La Justicia Constitucional ante el Siglo XXI: la progresiva convergencia de los Sistemas Americano y Europeo-kelseniano. México: UNAM, 2004. STRECK, Lenio Luiz. Jurisdição Constitucional e decisão jurídica. 3ª edição. São Paulo: RT, 2013. SCHMITT, Carl. O Guardião da Constituição. Tradução de Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey, 2007. TUSHNET, Mark. ¿Por qué la Constitución importa? Tradução de Alberto Supelano. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2012. VIANELLO, Lorenzo Cordova. Derecho y poder: Kelsen y Schmitt frente a frente. México: FCE, 2009.

6. TÓPICOS AVANÇADOS EM REGULAÇÃO, EFETIVIDADE E CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ementa: Sem ementa (Esta disciplina será ministrada em 2018/1 pelo Robert. Aguardando plano de curso)



Bibliografia: sem bibliografia

III- Disciplinas optativas – Linha de Pesquisa “Segurança Pública: Políticas e Efetividade Constitucional”:

1. POLÍTICAS E GOVERNANÇA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Ementa: 1. O papel do governo federal na indução de políticas públicas de segurança; 2. A investigação criminal no Brasil; 3. Juventude e políticas públicas de segurança. 4. Tráfico de drogas e organizações criminosas; 5. Pacto federativo e fundamento da segurança pública no Brasil; 6. Experiências internacionais inovadoras em segurança pública; 7. Ouvidorias e corregedorias de polícia; 8. Segurança pública e garantia do exercício da cidadania; 9. Política carcerária; 10. Causas e consequências do crime no Brasil; 11. Estatísticas criminais no Brasil; 12. Fluxo do sistema de justiça criminal; 13. Redução da violência letal: prevenção e repressão qualificada; 14. Letalidade na ação policial.

Bibliografia: CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro. Causas e consequências do crime no Brasil. Rio de Janeiro: BNDS, 2014. _____. CASTRO, Daniel Ricardo de; MELLO, João Maoel Pinho de. Menos armas menos crimes. 2011. Disponível em <http://anpec.org.br/encontro/2011/inscricao/arquivos/0001d5093239cb2f537e40320fc2583b311.pdf>, acesso em 30/11/2015 DIAS, Lúcia Lemos. A política de segurança pública entre o monopólio legítimo da força e os direitos humanos. Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Serviço Social. Recife: UFPE, 2010. LIMA, Renato Sérgio de.; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghinringhelli de. Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014. _____.; e outros. Segurança Pública e violência: o Estado está cumprindo o seu papel? São Paulo: Contexto, 2008. _____. Et all. Segurança pública e violência. São Paulo: contexto, 2008. _____.; BUENO, Samira (Orgs). Polícia e democracia: 30 anos de estranhamentos e esperanças. São Paulo: Alameda, 2015. MINGARDI, Guaraci. Política de segurança: os desafios de uma reforma. São Paulo: Perseu Abramo, 2013. SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. A segurança pública na Constituição Federal de 1988: conceituação constitucionalmente adequada, competências federativa e órgãos de execução das políticas. Revista Diálogo Jurídico, nº 17, 2008. SULOCKI, Victoria-Amália de Barros Carvalho G. de. Segurança Pública e Democracia: aspectos constitucionais das políticas públicas de segurança. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

2. CRIMINOLOGIA E POLÍTICA CRIMINAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO

Ementa: 1. Relações entre Criminologia como campo de saber e Política Criminal como práxis de efetivação do Estado Constitucional. 2. Criminologia do consenso e Criminologia do conflito. 3. Teorias criminológicas do conflito e suas implicações na experiências jurídica brasileira: Labelling Approach (Rotulação ou Etiquetamento) e práticas criminais brasileiras. 4. Criminologias Críticas e experiências de inovação na Políticas Criminal. 5. Pensamento criminológico latino americano na contemporaneidade. 6. Controle social e o sistema penal. 7. Política criminal: e potencial permeabilidade às contribuições criminológicas. 8. A política criminal e o modelo neoliberal. 9. Novos paradigmas em Criminologia: a proposta de uma Criminologia Cautelar de Eugenio Raul Zaffaroni e seu alcance e em relação à práxis. 10. Estudos de casos em Política Criminal brasileira.

Bibliografia: ANITUA, Gabriel Ignacio. Histórias dos pensamentos criminológicos. Trad. Sérgio Lamarrão. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2008. (Coleção Pensamento Criminológico, v. 15.) ANIYAR DE CASTRO, Lola. Criminologia da libertação. Trad. Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2005. (Coleção Pensamento criminológico, v. 10.) ANTILLANO, Andrés. Cambios en el concepto y uso del control social. Capítulo criminológico – Revista de las disciplinas del Control Social, v. 38, n. 1, enero-marzo 2010, p. 5-34. AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Direito e controle social: elementos para uma abordagem sociológica do campo do controle do crime. Revista de Estudos Criminais, ano IX, n. 35, 2009, p. 49-68. BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do Direito Penal. Trad. Juarez Cirino dos Santos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan – Instituto Carioca de Criminologia, 2002. BERGALLI, Roberto. Conflicto social y control penal. Revista de la Facultad de Derecho Universidad complutense: Estudios en homenaje al Profesor Luis Jimenez de Asua. ano 1986, n. 11, junio 1986, p. 99-115. CARVALHO, Salo de. A sentença criminal como instrumento de descriminalização (o comprometimento ético do operador do direito na efetivação da Constituição). In: BITTAR, Walter Barbosa (coord.). A Criminologia no Século XXI. Rio de Janeiro: IBCCRIM e Lumen Juris, 2007. p. 187-210. CARDOSO, Franciele Silva. Estudo do controle social do MST nos acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária. São Paulo: IBCCRIM, 2013. (Monografia IBCCRIM n. 63). DE LA CRUZ OCHOA, Ramón. Control social y derecho penal. El outro derecho: Sociologia jurídica y ciencias políticas – Visiones sobre el crimen y el castigo en América Latina, ano 2003, n. 29, p. 43. DIAS, Jorge de Figueiredo e ANDRADE, Manoel da Costa. Criminologia. A sociedade criminógena e o homem delinqüente. Coimbra: Coimbra, 1992. FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. Tradução de Lúcia M. Ponte Vassalo. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1984. GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, Antonio e GOMES, Luiz Flavio. Criminologia: uma introdução aos seus fundamentos teóricos. 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. HASSEMER, Winfried. Persona, mundo y responsabilidad: bases para una teoría de la imputación en derecho penal. Trad. Francisco Muñoz Conde y María del Mar Díaz Pita. Santa Fé de Bogotá-Colombia: Temis, 1999. MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. Cárcere e fábrica. As origens do sistema penitenciário (séculos XVI – XIX). Trad. Sérgio Lamarrão. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2006. (Coleção Pensamento criminológico, vol. 11). SHECAIRA, Sérgio Salomão. Criminologia. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. A palavra dos mortos: conferências de Criminologia Cautelar. São Paulo: Saraiva, 2012 (Coleção Saberes Críticos, coord.: GOMES, Luiz Flávio e BIANCHINI, Alice).

3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL

Ementa: 1. Defesa social: conceito, definições e apontamentos históricos. Política criminal e os movimentos de defesa social no século XX. As ideias de defesa social no Estado Democrático de Direito. 2. Defesa social e segurança pública: distinção, implicações teóricas e necessidade de um novo paradigma. 3. Funcionamento constitucional da segurança pública. De uma política de segurança pública às políticas públicas de segurança. 4. Avanços institucionais da segurança pública no Brasil. A política e os planos nacionais de segurança pública. 5. O papel dos municípios na segurança pública. 6. Políticas públicas para redução da violência. 7. Estatísticas criminais no Brasil. Causas e consequências do crime no Brasil. Fluxo do sistema de justiça criminal. Redução da violência armada. Letalidade na ação policial. 8. Política de drogas. 9. A prevenção do crime, segurança e policiamento comunitário. 10. Avaliação de políticas em segurança pública. 11. Estudos de caso: redução da violência na cidade de Diadema; Encarceramento de adolescentes – o caso Febem; a experiência capixaba de enfrentamento à violência no governo de Renato Casagrande; plano de políticas públicas de segurança para o bairro de Vila Velha em Fortaleza; Programa Fica Vivo; o Observatório da Segurança Pública em Goiás. 12. Planos municipais e estaduais de segurança pública. 13. Pesquisas empíricas na área da segurança pública.

Bibliografia: ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A mudança do paradigma repressivo em Segurança Pública: reflexões criminológicas críticas em torno da proposta da 1ª Conferência Nacional Brasileira de Segurança Pública. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/seq/n67/13.pdf>, acesso em 24/07/2015. ANCEL, Marc. A nova defesa social: Um movimento de Política Criminal humanista. Rio de Janeiro: Forense, 1979. ARAÚJO JÚNIOR, João Marcelo. Sistema Penal para o Terceiro Milênio: atos do Colóquio Marc Ancel. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 1991. CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, W. Condicionantes sociais, poder de polícia e o setor de produção criminal. Rio de Janeiro: Ipea, 2003 (Texto para Discussão, 957). _____; LOBÃO, Waldir; CARVALHO, Alexandre. O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2005. (Texto para discussão, nº 1144). Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1144.pdf>. Acesso em 30/11/2015. _____. CASTRO, Daniel Ricardo de; MELLO, João Maoel Pinho de. Menos armas menos crimes. 2011. Disponível em <http://anpec.org.br/encontro/2011/inscricao/arquivos/0001d5093239cb2f537e40320fc2583b311.pdf>, acesso em 30/11/2015 DIAS, Lúcia Lemos. A política de segurança pública entre o monopólio legítimo da força e os direitos humanos. Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Serviço Social. Recife: UFPE, 2010. FREITAS, Wagner Cinelli de Paula. Espaço urbano e criminalidade: Lições da escola de Chicago. São Paulo: IBCCRIM, 2002. FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1983. _____. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2005. LIMA, Renato Sérgio de.; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghinringhelli de. Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014. _____; e outros. Segurança Pública e violência: o Estado está cumprindo o seu papel? São Paulo: Contexto, 2008. _____. Et all. Segurança pública e violência. São Paulo: contexto, 2008. _____; BUENO,

Samira (Orgs). Polícia e democracia: 30 anos de estranhamentos e esperanças. São Paulo: Alameda, 2015. MINGARDI, Guaraci. Política de segurança: os desafios de uma reforma. São Paulo: Perseu Abramo, 2013. SANTOS, Altamiro J. dos. Direito de segurança pública e legítima defesa social. São Paulo: LTR, 2006. SANTOS, Bartira Macedo de. Defesa social: uma visão crítica. São Paulo: Estúdio Editores.com, 2015. SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. A segurança pública na Constituição Federal de 1988: conceituação constitucionalmente adequada, competências federativa e órgãos de execução das políticas. Revista Diálogo Jurídico, nº 17, 2008 SOUZA, Robson Sávio Reis. Quem comanda a segurança pública no Brasil?: atores, crenças e coalizões que dominam a política nacional de segurança pública. Belo Horizonte: Letramento, 2015. SULOCKI, Victoria-Amália de Barros Carvalho G. de. Segurança Pública e Democracia: aspectos constitucionais das políticas públicas de segurança. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. XAVIER, Laércio Noronha. Políticas Públicas de Segurança. Fortaleza: LCZ, 2012. ZAFARONI, Eugênio Raúl. A questão criminal. Rio de Janeiro: Revan, 2013. _____; OLIVEIRA, Edmundo. Criminologia e Política Criminal. Rio de Janeiro: GZ, 2010. _____. A esquerda tem medo, não tem política pública de segurança. Revista brasileira de segurança pública, ano 1, edição 1, 2007, disponível em: revista.forumseguranca.org.br, acesso em 13 de dezembro de 2015.

4. POLÍTICAS PENAIS E PRISIONAIS: AVALIAÇÃO DE MODELOS E PRÁTICAS

Ementa: 1. Políticas de segurança pública e sistema prisional. 2. Estrutura e funcionamento organizacional do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça e a execução penal. 3. Gestão, planejamento a administração financeira do Fundo Penitenciário Nacional-FUNPEN. 4. Execução penal e boas práticas prisionais. 5. O sistema penal brasileiro e as práticas internacionais. 6. Estudo de casos em boas práticas prisionais. 7. Avaliação crítica da política prisional brasileira a partir de experiências práticas.

Bibliografia: BATISTA, Nilo, Punidos e mal pagos. Ed. Revan. Rio de janeiro. 2010 BRAVO Omar A. Las prisiones de la locura, la locura de las prisiones. Editorial Grupo 5. Madrid. 2015 BESTER, Gisela Maria. Cultura da paz, justiça restaurativa e humanismo com vistas ao resgate psíquico da vítima e ao não encarceramento: ainda uma ode à busca da paz social com dignidade - cuidando do antes para evitar o durante e o depois tradicionais. Conciliação: o paradigma da conciliação como forma de solucionar conflitos. 1ed.Curitiba: Instituto Memória Editora & Projetos Culturais, 2013, v. 1, p. 521-569. CASTILHO, E. W. V.. O controle penal nos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional: Lei nº 7.492, de 16.06.86. Belo Horizonte: Del Rey, 1997 CASTILHO, E. W. V.. Cooperação internacional na execução da pena: a transferência de presos. Revista Brasileira de Ciências Criminais, v. 71, p. 233-249, 2008 SUTHERLAND Edwin H. Crime do Colarinho branco. Ed. Revan. Rio de janeiro .2012 YOUNG J. A sociedade excludente. Ed. Revan. Rio de Janeiro. 2015 GOMES ,Geder L.R. , Substituição da prisão: Alterantivas Penais, Legitimidade e Adequação.Ed. Jus. São Paulo. 2008 MILNER Jean C. Las inclinaciones criminales de la europa democratica.Manatial Ed.Madrid.2007 SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo. Finalidades da pena: conceito material de delito e sistema penal integral. 1. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2009 SHECAIRA. Sergio S. Criminologia, Ed, RT, Saã Paulo. 2009 VIGGIANO. Fernando Braga.

Criminologia e Política Criminal: aportes críticos sobre o sistema penitenciário feminino. Tese. Doutorado USP. 2016

5. PATOLOGIAS CORRUPATIVAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE

Ementa: 1. A corrupção contemporânea. As espécies e tipologias de condutas corruptas. Estamos diante de uma patologia crônica irreversível? 2. Causas e efeitos da corrupção: Ainda podemos confiar nos controles e métodos de enfrentamento estatal? 3. O bom governo e as instituições públicas. Os marcos de integridade e accountability no Brasil. 4. Corrupção: uma simples disfunção econômica ou uma rede de equívocos legislativos e institucionais quanto ao seu enfrentamento? 5. Métodos de atuação na busca de resultados eficazes na prevenção e enfrentamento à corrupção 6. Um novo marco de integridade nas Administrações Públicas: a inserção da figura do Whistleblowing no Brasil

Bibliografia: ABANTO VÁZQUEZ, M. A., «La lucha contra la corrupción en un mundo globalizado», VV.AA., El Derecho ante la globalización y el terrorismo, M. G. Losano y F. Muñoz Conde coords., Valencia, 2004, págs. 273-328. ROSE-ACKERMAN, S. La corrupción y los Gobiernos: causas, consecuencias y reforma, Madrid, 2001. ANDRÉS IBÁÑEZ, P., «Corrupción: necesidad, posibilidades y límites de la respuesta judicial», Nueva Doctrina Penal, 1996. AUGER LIÑÁN, C., «La Justicia ante el fenómeno de la corrupción», Claves de Razón Práctica, núm. 56, 1995. BARDHAN, P., «Corruption and development: A review of issues», Journal of Economics Literature, vol. 35, 1997, págs. 1320-1346. GIL VILLA, F., La cultura de la corrupción, Madrid, 2008. LAUFER, D., Corrupção. Uma perspectiva entre as diversas áreas do Direito, Curitiba, 2013. MALEN SEÑA, J. F., La corrupción. Aspectos éticos, económicos, políticos y jurídicos, Madrid, 2002. MEDINA OSÓRIO, F., Teoria da improbidade administrativa, São Paulo, 2013. PEDRERO, M., Corrupción: Las cloacas del poder. Estrategias y mentiras de la política mundial, Madrid, 2004. ROCHA FURTADO, L., As raízes da corrupção no Brasil. Estudos de casos e lições para o futuro, Belo Horizonte, 2014. VV.AA., Corrupción y Estado de Derecho. El papel de la jurisdicción, P. Andrés Ibáñez edit., Madrid, ALBRECHT, H. J., Criminalidad transnacional, comercio de narcóticos y lavado de dinero, Bogotá, 2001. ALMEIDA FERRO, A. L., Crime organizado e organizações criminosas mundiais, Curitiba, 2011. BATLOUNI MENDRONI, M., Crime organizado. Aspectos gerais e mecanismos legais, 3.^a ed., Sao Paulo, 2009. JIMÉNEZ VILLAREJO, C., «Transnacionalización de la delincuencia y persecución penal», VV.AA., «Crisis del sistema político, criminalización de la vida pública e independencia judicial», Estudios de Derecho Judicial, Madrid, 1998, págs. 59-104. PEREIRA, F. C., Criminalidade organizada: comentários à Lei 12.850 de 2013, Curitiba, 2014. PEREIRA, F. C., Crime organizado e sua infiltração nas instituições públicas, São Paulo, 2015. MARQUES DA SILVA, G., «A criminalidade organizada e a investigação criminal», VV.AA., I Congresso de Processo Penal, M. Monteiro Guedes Valente coord., Coimbra, 2005, págs. 397-414. ORSI, O., Sistema penal y crimen organizado. Estrategias de aprehensión y criminalización del conflicto, Buenos Aires, 2007. VIRGOLINI, L. E. S., Crímenes excelentes. Delitos de cuello blanco, crimen organizado y corrupción, Buenos Aires, 2003. BAUTISTA, O. D., Etica para corruptos. Una forma de prevenir la corrupción en los gobiernos y administraciones públicas, Bilbao,



2009. BLANCO CORDERO, I., «La corrupción desde una perspectiva criminológica: un estudio de sus causas desde las teorías de las actividades rutinarias y de la elección racional», VV.AA., Serta in memoriam Alexandri Baratta, F. Pérez Alvarez edit., Salamanca, 2004, págs. 267-296. CABEZA DEL SALVADOR, I., «El papel de la auditoría pública en la lucha contra la corrupción», Revista Técnica del Instituto de Censores Jurados de Cuentas de España, núm. 17, 2000, págs. 38-51. DEL DEBBIO, A, CARNEIRO MAEDA, B, SILVA AYRES, C. H., TEMAS DE ANTICORRUPÇÃO E COMPLIANCE, Rio de Janeiro, 2013.- MARTIN, A. N, MAROTO CALATAYUD., Public Compliance. Prevención de la corrupción en administraciones públicas y partidos políticos, Cuenca, 2014 MATTARELLA, B. G., «Controllo della corruzione amministrativa e regole di etica pubblica», Rivista Italiana di Diritto Pubblico Comunitario, 2002, núm. 5, págs. 1029-1054.- MUNGIU-PIPPIDI, A., «Corruption: diagnosis and treatment», Journal of Democracy, vol. 17, núm. 3, 2006, págs. 86-100.- OSSE, A., «Corruption prevention: A course for police officers fighting organised crime», Crime, Law & Social Change, vol. 28, 1997, págs. 53-71. BERTONCINI, M., Ato de improbidade administrativa, Sao Paulo, 2007. BITENCOURT NETO, E., Improbidade administrativa e violação de princípios, Belo Horizonte, 2005.

6. TÓPICOS AVANÇADOS EM POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E EFETIVIDADE CONSTITUCIONAL

Ementa: sem ementa

Bibliografia: sem bibliografia